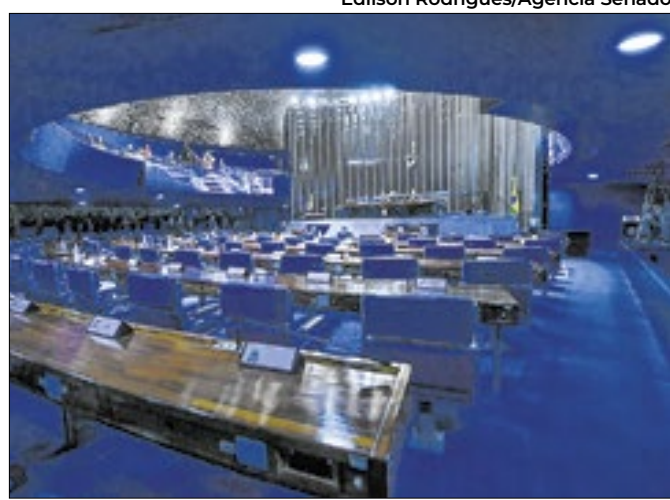


CORREIO POLÍTICO



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Pauta pode ser votada nesta terça-feira pelos senadores

Mercado de crédito de carbono no Senado

O Plenário do Senado pode votar nesta terça-feira (5) o projeto de lei que regulamenta o mercado de crédito de carbono no Brasil. O mecanismo permite que empresas e países compensem suas emissões por meio da compra de créditos vinculados a iniciativas de preservação ambiental.

O PL 182/2024, que está pendente de parecer da relatora, senadora Lei-

la Barros (PDT-DF), divide o mercado de crédito de carbono brasileiro em dois setores: o regulado e o voluntário. O primeiro envolve iniciativas do poder público e observa regras estabelecidas no Protocolo de Kyoto, assinado na COP 3, em 1997, que previu pela primeira vez os créditos de carbono. Já o segundo se refere à iniciativa privada, mais flexível e sem uma padronização imposta.

Órgão gestor

Para o chamado setor regulado, o texto prevê a criação de um órgão gestor responsável por criar normas e aplicar sanções a infrações cometidas pelas entidades que se sujeitarão a ele. Será o caso das próprias iniciativas governamentais ou de organizações que emitam mais de 10 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO2eq) por ano.

O CO2 equivalente é

uma medida usada para comparar as emissões de diferentes gases de efeito estufa, levando em conta o potencial de aquecimento global de cada substância e representando o total em uma quantidade de CO2 que teria o mesmo potencial. A Petrobras, por exemplo, emitiu 46 milhões de toneladas de CO2eq em 2023, segundo relatório da estatal.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Projeto é de autoria do senador Paulo Paim (PT)

Mês da Conscientização da Doença de Parkinson

Além da votação sobre o mercado de crédito de carbono, também está na pauta do Plenário o PL 2.434/2019, que institui abril como o Mês da Conscientização da Doença de Parkinson, escolhendo a tulipa vermelha como símbolo da campanha. A flor foi batizada em homenagem ao médico inglês James Parkinson, que, no início do século

19, foi pioneiro no reconhecimento da doença. O projeto, que é um substitutivo da Câmara dos Deputados ao texto original de 2018 do senador Paulo Paim (PT-RS), foi alterado pelo relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Flávio Arns (PSB-PR), que decidiu retomar o conteúdo original, rejeitando as mudanças propostas pela Câmara.

10ª Cúpula do P20

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal vão sediar, de quarta (6) a sexta-feira (8), a 10ª Cúpula do P20, grupo que reúne os parlamentos dos países com as maiores economias do mundo. O tema do encontro é "Parlamentos por um mundo justo e um planeta sustentável". Criado em 2010, o P20 é um grupo liderado pelos presidentes dos parlamentos de países integrantes do G20, que por sua vez é a reunião das 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia e a União Africana, em um fórum de cooperação internacional. Pelo menos 35 delegações com repre-

sentantes dos Parlamentos de mais de 20 países e de organismos internacionais deverão comparecer a Brasília para o encontro.

O encontro do P20 é realizado alguns dias antes da cúpula do G20, marcada para os dias 18 e 19 de novembro no Rio de Janeiro. Em Brasília, os parlamentares discutirão soluções para o combate à fome, à pobreza e à desigualdade. O desenvolvimento sustentável e um sistema de tomadas de decisões globais adaptadas ao século 21 também estão na pauta.

(Todas as informações acima são da Agência Senado)

PF entrega inquérito sobre Bruno Pereira e Dom Phillips

Rubens Villar Coelho foi indiciado como mandante dos crimes

Por Karoline Cavalcante

A Polícia Federal (PF) concluiu, na última sexta-feira (1º), o inquérito sobre o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips. As vítimas foram mortas a tiros em 5 de junho de 2022, em Atalaia do Norte, no Amazonas, quando visitavam as proximidades da terra indígena Vale do Javari.

A investigação confirmou que os homicídios foram motivados pelas atividades fiscalizatórias promovidas por Bruno na região. Ele atuava em defesa da preservação ambiental e na garantia dos direitos indígenas.

Conhecido como "Colômbia", Rubens Villar Coelho foi indiciado como mandante dos crimes. "O qual forneceu cartuchos para a execução do crime, patrocinou financeiramente as atividades da organização criminosa e interveio para coordenar a ocultação dos cadáveres das vítimas", informou a PF, em nota.

Após dois anos de diligências, foi promovido, no total, o indiciamento de nove investigados, além do coordenador do grupo, os demais participaram na execução dos homicídios e na ocultação dos cadáveres das vítimas. O relatório final mostra que a ação criminosa gerou impactos socioambientais, causando ameaças aos servidores de proteção ambiental e as populações indígenas.

"Reforçando o compromisso com a segurança e proteção do meio ambiente e dos direi-



Joédson Alves/Agência Brasil

Ministério dos Direitos Humanos homenageia dois anos sem Bruno Pereira e Dom Phillips

tos indígenas, a Polícia Federal informa que continua monitorando os riscos aos habitantes da região do Vale do Javari, bem como possui investigações em andamento acerca de ameaças contra indígenas que residem na localidade", finalizou a corporação.

Entenda

Dom Phillips era repórter do jornal britânico The Guardian e Bruno Pereira, indigenista da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), foram dados como desaparecidos em 5 junho de 2022 na Amazônia brasileira. Phillips estava preparando um livro sobre a região, enquanto Pereira atuava como consultor técnico, defendendo os direitos dos povos indígenas.

A dupla desapareceu após serem vistos navegando próximo à comunidade São Gabriel. As buscas, iniciadas pela Univaja, começaram rapidamente, com equipes saindo de Atalaia do Norte e Tabatinga. Apenas no dia 15 de junho, após dez dias de procura, a Polícia Federal confirmou que os corpos encontrados em um local de difícil acesso pertenciam a Bruno e Dom.

As investigações apontaram para um cenário de violência. Amarildo da Costa Oliveira, conhecido como "Pelado", foi o primeiro a ser preso, após testemunhas relataram ameaças contra Bruno. A Polícia Federal encontrou objetos pessoais da dupla e, posteriormente, restos mortais que confirmaram a brutalidade do crime, com evi-

dências de assassinato e ocultação de cadáver.

A atuação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) foi criticada durante o caso, especialmente em relação às declarações de seus diretores sobre a entrada de Bruno e Dom em terras indígenas. À época, o então presidente da fundação, Marcelo Xavier, informou que embora Bruno continuasse pertencendo ao quadro de servidores da fundação, não tinha viajado em missão institucional.

O Ministério Público Federal instaurou um procedimento para apurar as circunstâncias do desaparecimento, e Xavier e o ex-vice-presidente da fundação, Alcir Amaral Teixeira, foram indiciados por homicídio qualificado.

Deputado Elmar Nascimento será relator de PL das emendas

Por Gabriela Gallo

Após ser protocolado na Câmara dos Deputados, segue a expectativa de que o plenário da Casa vote regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 175/24 que delimita novas regras para as transferências e recebimentos de emendas parlamentares, em especial as emendas por transferência especial (emendas pix). Nesta segunda-feira (4), o deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA) foi nomeado relator do projeto. A escolha foi oficializada no sábado (2).

Inicialmente estava previsto que o texto fosse votado nesta segunda-feira (4) no plenário da Casa, mas não aconteceu. A Câmara ainda pode pautar o PLP nesta terça-feira (5) mas caso não seja possível, o tema será votado na próxima semana, já que de quarta a sexta-feira (6, 7 e 8 de outubro), a Câmara e o Senado irão sediar a Cúpula do P20 – encontro de parlamentares do mundo que compõem o G20.

O projeto regulamenta a apresentação e a execução de emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual (LOA), determinando um limite de crescimento do valor total das emendas parlamentares à LOA. Além disso, o texto declara que as emendas de bancada somente poderão destinar recursos a projetos e ações estruturantes. As indicações serão de responsabilidade da bancada estadual, mediante registro em ata.

De autoria do deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), o PLP 175 visa ser uma alterna-



Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Lira indica Nascimento para negociar apoio a Motta

tiva ao PLP 172/24, de autoria do senador Angelo Coronel (PSD-BA), que também busca alternativas para trazer maior transparência e rastreabilidade às emendas parlamentares.

Porém, entidades manifestaram discordância da eficácia da forma como o PLP 175 está elaborado e se ele, de fato, atende aos princípios estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nesta segunda-feira, a organização Transparência Internacional e a instituição Contas Abertas emitiram uma nota conjunta criticando o projeto. Segundo as entidades, o projeto não cumpre com o que foi exigido pelo STF, "especialmente no que se refere à transparência e à rastreabilidade das emendas, nem impõe as medidas necessárias para a redução dos graves riscos de corrupção no manejo das emendas par-

lamentares, cuja ocorrência é evidenciada por múltiplos escândalos recentes".

"A falta de transparência na formulação das emendas parlamentares seguirá, no caso das emendas coletivas, pela ausência de um rol mínimo e padronizado de informações que devem constar nas atas das reuniões de bancada e de comissão que definem as emendas a serem apresentadas. Inclusive, estas atas deveriam ser publicadas em formato estruturado, de modo a possibilitar o rastreamento de todo o processo de execução nos sistemas do governo federal, como Transferegov e Portal da Transparência", destacou as entidades, por meio de nota.

Presidência

O movimento do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em nomear Elmar

Nascimento – que também é candidato à presidência da Casa – foi interpretado como uma tentativa do presidente da Mesa Diretora em se reconciliar com Elmar Nascimento.

Nos bastidores circula a informação de que Lira e Hugo Motta (Republicanos-PB) estariam negociando que Elmar Nascimento abandonasse sua campanha para, em troca, comandar a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara – a mais importante da Casa – a partir de 2025. O acordo com Motta, se firmado da maneira como está, seria que o União Brasil presidiria a CCJ nos dois anos de mandato do paraibano, sendo o primeiro ano comandado por Elmar Nascimento.

Se confirmado, a tendência é que o até então, o candidato do União Brasil retire seu nome da disputa pela presidência da Casa nesta quarta-feira (6). Na última semana, o partido comunicou a criação de uma delegação para apoiar o candidato apadrinhado por Lira.

Até o momento, Hugo Motta conta com o apoio dos partidos Republicanos, PP, PL, PT, Podemos, PV, PCdoB, MDB e, em parte, União Brasil. Porém, vale lembrar que o voto é secreto, então parlamentares de siglas podem mudar seus votos.

O candidato do PSD, deputado Antonio Brito (BA), confirmou que seguirá na disputa. Ele aposta suas nos deputados federais independentes e insatisfeitos, além dos partidos que ainda não declararam apoio a Motta.